

CEDI

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : J G LOBO

CLASS. : 842

DATA : 18 02 89

PG. : 7

Sábado, 18 de fevereiro de 1989

O GLOBO

O PAÍS • 7

Garimpeiros reagirão contra expulsão

BRASÍLIA — A operação do Governo federal para retirar 42 mil garimpeiros de áreas indígenas ianomânis, em Roraima, poderá transformar a região num palco de guerra. Os garimpeiros estão se organizando para resistir até a morte, segundo o Presidente do Sindicato dos Garimpeiros da Amazônia, José Altino Machado.

Setores do Governo vêm se reunindo para definir a estratégia que exigirá grandes investimentos, pois só para retirar cinco mil garimpeiros seriam necessárias 280 viagens de avião, segundo cálculos da Funai. Ontem, o Procurador Geral da Fundação, Ovídio Martins de Araújo, disse que a operação deverá ser deflagrada em um mês.

Os garimpeiros estão em terras espalhadas por 8,5 milhões de hectares, que incluem 19 áreas indígenas, em parte já demarcadas pelo Exército (2,5 milhões de hectares), além do Parque Nacional do Pico da Neblina e de duas florestas nacionais. Dividir o território ianomani em 19 áreas, um parque e duas florestas foi, segundo a Funai, a fórmula encontrada pelo Governo para tornar mais fácil o controle de invasões, embora a reivindicação dos índios fosse de demarcação contínua dos 8,5 milhões



de hectares. Na próxima semana, o Exército termina a demarcação.

Rica em minérios como cassiterita e ouro, a terra indígena foi sendo invadida por garimpeiros e, recentemente, o Governo obteve autorização judicial para retirar 300 deles do Parque do Pico da Neblina. Segundo

a Funai, existem na região 42 mil garimpeiros, que ocupariam quase a metade do Maracanã. Com a demarcação das terras, a autorização judicial e o decreto presidencial regulamentando o uso do mercúrio na garimpagem do ouro, o Governo está protegido legalmente para retirar os

garimpeiros.

O Governo tem informações de que a operação não será pacífica. Ontem, José Altino Machado foi ao Ministério da Justiça falar com o Ministro Oscar Dias Corrêa, mas esteve apenas com o Chefe de Gabinete. Ele alertou sobre o perigo da operação, prevendo que haverá mortes dos dois lados.

Acentuou que o número de garimpeiros é muito grande e que eles não concordam em sair nem aceitam a legislação sobre o mercúrio.

O Ministro Oscar Dias Corrêa e os Ministros do Gabinete Militar, General Bayma Denis, e do Interior, João Alves, vêm se reunindo para discutir a estratégia para a operação. Segundo a Funai, além das medidas operacionais que têm de ser definidas, o Governo está consciente de que terá de tomar uma decisão de ordem social, pois um dos problemas é a relocação dos garimpeiros.

Embora a retirada em massa crie um grave problema social, a Constituição determina no Artigo 231 que o Governo tem de garantir e proteger as terras indígenas. Ontem, a Funai publicou no Diário oficial os 19 decretos que homologam a demarcação das áreas ianomânis.

Alves: Amazônia é assunto do Brasil

PORTO VELHO, RO — O Ministro do Interior, João Alves, afirmou ontem, nesta Capital, que o Brasil não vai admitir qualquer tipo de interferência externa na Amazônia, "nem de Governos nem de instituições que financiam programas de desenvolvimento na região". Segundo ele, o tratamento a ser dado à região é "uma questão de soberania, que só diz respeito aos brasileiros".

— Os brasileiros, particularmente os da Amazônia, sabem muito bem como cuidar e defender essa nossa grande reserva. Nem um metro quadrado da Amazônia está à venda, como já disse o Presidente José Sarney — garantiu João Alves.

Ele disse que nações que não preservaram os seus recursos naturais e exterminaram seus índios — numa alusão aos Estados Unidos — não têm o direito de interferir numa questão como a da ocupação da Amazônia, que o Governo considera da competência exclusiva dos brasileiros.